



INTRODUÇÃO

O Setor Transportes constitui área estratégica de atuação do governo com vistas à promoção da integração nacional, do desenvolvimento econômico e social e da inserção competitiva da economia nacional nos mercados globalizados.

Nos últimos anos o Setor Transportes experimentou profundas mudanças em sua organização, decorrentes basicamente da redefinição do papel do Estado no provimento da infra-estrutura modal e, principalmente, na operação dos serviços de transporte. Da histórica função de provedor da infra-estrutura e de serviços, o Estado voltou-se à condição de indutor de ações privadas direcionadas para a exploração e o desenvolvimento do Setor.

Nesse contexto, destacam-se a descentralização a outros entes da federação e, especialmente, a desestatização do sistema portuário nacional, responsável por cerca de 95% do comércio exterior do País, promovidas pelo Governo Federal.

Este novo posicionamento do Estado na promoção da infra-estrutura e dos serviços de transporte ensejou a criação das agências reguladoras, destinadas a garantir o aprimoramento e o desenvolvimento dos serviços públicos concedidos e, especialmente, a defesa dos interesses dos usuários.

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, criada pela Lei nº 10.233/2001 e instalada com a edição do Decreto nº 4.133, de 13 de fevereiro de 2002, recebeu por competência a regulação, a outorga e a fiscalização da exploração da infra-estrutura portuária e aquaviária e dos serviços de transporte aquaviários.

Durante o exercício de 2005 a ANTAQ conseguiu manter e consolidar a sua ação em toda a esfera de atuação e área de competência legalmente definidas, fazendo notar a presença do Estado e a orientação do interesse público na exploração dos serviços concedidos. As ações da Agência se desenvolveram não obstante as restrições de ordem operacional decorrentes da insuficiência de pessoal, uma vez que somente no final do exercício concluiu-se o concurso para o início do provimento de seus cargos efetivos, assim como os constrangimentos de ordem orçamentária que, além dos contingenciamentos de praxe, foram impostos pelo órgão setorial por meio de cortes abruptos nos limites de empenho autorizados.

A efetiva atuação da ANTAQ na regulação dos serviços de exploração da infra-estrutura portuária, de marinha mercante e navegação interior, juntamente com outras ações públicas setoriais, por certo contribuiu para os significativos ganhos de produtividade verificados nos últimos anos na cadeia logística de transportes do país que, apesar das deficiências modais resultantes da insuficiência de investimentos, deu suporte ao extraordinário crescimento do comércio exterior nacional e à manutenção do desenvolvimento econômico e social do país.

O presente relatório, estruturado de acordo com as orientações da Secretaria Federal de Controle Interno, apresenta de forma sintética as principais ações desenvolvidas no exercício de 2005.



1. GESTÃO OPERACIONAL / FINALÍSTICA

1.1. Competências Legais e Regimentais – Missão Institucional

A ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, criada pela Lei nº 10.233 de 5/6/2001, alterada pela MP nº 2.217-3 de 4/9/2001, e regulamentada pelo Decreto nº 4.122 de 13/2/2002, foi constituída pela União com o objetivo de regular, outorgar e fiscalizar a exploração de serviços públicos de operação portuária e transportes aquaviários, estabelecidos constitucionalmente como de titularidade federal.

A Lei nº 10.233, no seu art. 20, define os objetivos da Agência:

- I. implementar, em sua esfera de atuação, as políticas formuladas pelo Ministério dos Transportes e pelo Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte – CONIT;
- II. regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração das infra-estruturas portuária e aquaviária a cargo de terceiros, com vistas a:
 - garantir a movimentação de pessoas e bens, em cumprimento a padrões de eficácia, segurança, conforto, regularidade, pontualidade e modicidade nos fretes e tarifas;
 - harmonizar os interesses dos usuários com os das empresas concessionárias, autorizadas e arrendatárias, preservando o interesse público;
 - arbitrar conflitos de interesses e impedir atuações que configurem competição imperfeita ou infração da ordem econômica.

A esfera de atuação da ANTAQ, tal como definida no art. 23 da Lei nº 10.233, inclui:

- a navegação fluvial, lacustre, de travessia, de apoio marítimo, de apoio portuário, de cabotagem, e de longo curso;
- os portos organizados;
- os terminais portuários privativos;
- o transporte aquaviário de cargas especiais e perigosas;
- a exploração da infra-estrutura aquaviária federal.

As atribuições da ANTAQ, listadas no art. 27 da Lei Nº 10.233, podem ser agrupadas em quatro processos-tipo, relativos às atividades definidas no Art. 20, da mesma Lei, como finalísticas da Agência:

- **Regulação:** ação de interferência no mercado via edição de normas orientadoras de condutas e procedimentos;
- **Outorga:** ação contratante, de outorga e gestão da outorga;



- **Fiscalização:** ação executiva de acompanhamento e de repressão às condutas violadoras da legislação ou de contratos em vigor;
- **Informação:** ação subsidiária de conhecimento do mercado, por meio da produção de estudos, pesquisas e levantamento de dados e informações.

Desta forma, a Missão Institucional da ANTAQ pode ser enunciada como:

“Regulamentar, promover, fiscalizar e informar a atividade econômica de exploração dos serviços e da infra-estrutura de transporte aquaviário, estabelecidos constitucionalmente como de titularidade da União, mantendo o foco na competição, na eficiência e na defesa do usuário.”

1.2. Público-alvo dos Processos Gerenciais

Diretamente, os processos gerenciais da ANTAQ têm como público-alvo o conjunto dos agentes econômicos envolvidos na exploração dos serviços de transporte aquaviário e da infra-estrutura portuária e, em especial, os usuários desses serviços.

Indiretamente, esses processos refletem a sua ação no conjunto da atividade econômica do país, especialmente sobre a sua cadeia logística de transportes, incluindo outras modalidades de transporte não afetadas à competência da Agência.

1.3. Vinculações com o Plano Plurianual – Vinculação Programática

A atividade-fim da ANTAQ, a Regulação da exploração dos serviços e da infra-estrutura de transporte aquaviário, insere-se nas ações de médio e longo prazo do Estado, visando à satisfação do usuário dos serviços públicos, à redução do custo logístico e ao aumento do investimento privado em infra-estrutura e serviços de transporte aquaviários no País.

Assim sendo, esta atividade, por sua natureza regulatória, não contempla a execução de projetos de investimentos de duração limitada e produtos perfeitamente mensuráveis, mas tão-somente ações de natureza continuada.

As atividades desenvolvidas pela ANTAQ estão contempladas no PPA nos seguintes programas: 0221 SERVIÇOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS e 0225 GESTÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES.

1.4. Indicadores Relevantes

A relevância das saídas operacionais de qualquer organização é avaliada, em última instância, por seu público-alvo. No caso da ANTAQ, como de qualquer Agência Reguladora, o público-alvo envolve todos os agentes públicos e privados atuantes no setor regulado.

Dentro dessa perspectiva, os principais indicadores que poderiam ser considerados para mensurar quantitativamente as saídas operacionais da ANTAQ são apresentados na Tabela abaixo:

ATIVIDADE FINALÍSTICA	AÇÕES-TIPO (INDICADORES)
1.Regulação: ação de preparação de normas	Colocação de minutas de Normas em audiência pública
	Edição e publicação de Normas
2.Outorga: ação contratante, de outorga e gestão da outorga	Publicação de contratos de outorga
	Publicação de revisões de contratos de outorga
3.Fiscalização: ação executiva, de repressão às violações à Lei ou a contratos em vigor	Denúncias acolhidas
	Fiscalizações realizadas
	Processos administrativos instaurados
	Autos de infração aplicados
4.Informação: ação de inteligência	Levantamento, tratamento e disseminação de dados e informações
	Estudos e/ou pesquisas desenvolvidos
	Participações em fóruns de discussão, organismos ou eventos, nacionais ou internacionais

1.5. Demonstrativos do Comportamento das Metas Anuais

As metas formalmente estabelecidas para efeito de elaboração da proposta orçamentária mostram-se, em determinadas situações, notadamente no desenvolvimento de atividades continuadas, inadequadas à mensuração de resultados e de produção.

Como exemplo, a ação de “Regulação dos Serviços e da Exploração da Infra-Estrutura do Transporte Aquaviário”, cuja meta de realização encontra-se traduzida na programação orçamentária em termos de outorgas a conceder. Neste caso, ainda que produzidos, os quantitativos pouco ou nada refletiriam com relação ao alcance e efetividade da ação empreendida.

Considerando, além da edição de normas orientadoras da organização e funcionamento do mercado, exclusivamente as emissões de outorgas para a exploração dos serviços portuários e de transporte aquaviário, resultantes da demanda do mercado, constata-se a superação do quantitativo de 40 outorgas emitidas, conforme demonstrado no item específico “1.6.2 Ações Operacionais Realizadas”.

Relativamente às metas da ação de “Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infra-Estrutura do Transporte Aquaviário”, e excluindo o acompanhamento mensal não quantificável das ações relativas aos Acordos Operacionais homologados entre empresas brasileiras e estrangeiras de navegação, a meta de 40 empresas fiscalizadas foi também superada, conforme demonstrado no item específico.



Importa mencionar que a ação de fiscalização, ainda que realizada no exercício além da meta estabelecida, vem sendo desenvolvida em níveis significativamente inferiores àqueles requeridos para um adequado acompanhamento do cumprimento das obrigações outorgadas e das condutas dos agentes no mercado. A estrutura operacional da Agência encontra-se ainda formada basicamente por servidores requisitados e em número insuficiente para o desenvolvimento pleno das atividades de fiscalização. Somente no final do exercício a Agência iniciou o provimento do Quadro de Pessoal efetivo, de acordo com a autorização para o preenchimento de 161 vagas dos 470 cargos criados por lei.

Quanto às demais metas constantes na programação orçamentária, relativas ao desempenho das atividades administrativas, mais sinalizadoras de limites orçamentários do que de indicadores de desempenho, observam-se realizações inferiores aos quantitativos e valores estabelecidos na lei orçamentária, também em razão principal do mencionado provimento do quadro de pessoal efetivo.

1.6. Resultados – Incidência Social

No subitem 1.6.1 apresenta-se uma síntese da amplitude e do significado das principais ações desenvolvidas pela ANTAQ em 2005 e bem assim alguns resultados econômicos para os quais essas ações contribuíram em conjunto com outros setores da economia. No subitem 1.6.2 são discriminadas de forma sintética as principais ações desenvolvidas no exercício.

1.6.1. Síntese do Significado das Ações Operacionais Realizadas

Relativamente às atividades de fiscalização, em que pese a insuficiência da capacidade operacional disponível, a par das inspeções e trabalhos realizados procurou-se ainda o estabelecimento de procedimentos sistematizados de acompanhamento e avaliação, inclusive por meio do desenvolvimento de sistemas informatizados de coleta e tratamento de informações. No conjunto, destacam-se as seguintes ações desenvolvidas:

- Realização de mais de uma centena de procedimentos de inspeção/fiscalização, com vistas inclusive a apurar denúncias ou indícios de práticas comerciais irregulares ou violação de dispositivos legais e regulamentares;
- Revisão e implantação do Sistema de Desempenho Operacional, com a integração ao sistema de 21 Administrações Portuárias, representando 35 portos.

As ações da ANTAQ, representando a presença efetiva do poder público no acompanhamento e fiscalização do mercado de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infra-estrutura portuária, buscando sobretudo identificar e coibir práticas operacionais e comerciais lesivas ao interesse dos usuários, por certo contribuíram para a



maior eficiência na prestação desses serviços, com reflexos positivos na cadeia logística de transportes do País.

Com respeito às atividades de regulação, foram introduzidos aperfeiçoamentos no marco regulatório do setor, com a edição de alterações ou novas normas visando à obtenção de ganhos de eficiência para o sistema por meio do estímulo à competição e à ampliação da oferta de serviços.

As normas levadas à audiência pública, editadas ou reeditadas, de relevante interesse para a organização e funcionamento do setor, são relacionadas no subitem seguinte.

Com relação à ação outorgante da Agência, importa registrar a agilização no processamento, juntamente com o atendimento de solicitações de liberação de carga prescrita à bandeira brasileira, de autorizações/registros de afretamentos, que contribuíram para a maior eficácia e eficiência na movimentação de cargas nos portos brasileiros.

Ainda com relação às outorgas, vale destacar, no exercício de 2005, a emissão de outorgas de autorização para a construção/ampliação e exploração de quinze terminais de uso privativo exclusivo ou misto e a habilitação de quatro terminais ao tráfego internacional.

A ação efetiva da ANTAQ em conjunto com outras políticas públicas, conforme mencionado, juntamente com a conjuntura econômica favorável, por certo contribuiu para os significativos aumentos de 9% e de 25% verificados em 2005, respectivamente na movimentação geral de cargas em toneladas e em unidades de contêineres nos portos nacionais e para a manutenção da estabilidade dos preços dos serviços prestados.

1.6.2. Ações Operacionais (descrição sintética)

1.6.2.1. Área Internacional

No desenvolvimento dos seus trabalhos concernentes às relações setoriais com o exterior, a ANTAQ buscou coordenar a sua atividade com demais entidades governamentais envolvidas no assunto, consultando, cooperando e harmonizando posições, no objetivo de colaborar para a unicidade da posição brasileira a ser levada à consideração dos parceiros de comércio do país. Desse modo, esses trabalhos implicaram, em diferentes oportunidades, troca de correspondências e reuniões de cooperação com outras entidades governamentais brasileiras.

Foros multilaterais

MERCOSUL

No âmbito do SGT-5 (Subgrupo de trabalho nº 5 – Transportes) tiveram prosseguimento as negociações com vistas ao Acordo Multilateral de Transporte Marítimo do MERCOSUL, com as quais a ANTAQ manteve a sua colaboração na formulação de



propostas, na coordenação interna, assim como na representação brasileira, sempre em articulação com a Coordenação Nacional brasileira desse Subgrupo.

No GS (Grupo de Serviços) também prosseguiram as negociações intra-MERCOSUL com vistas à integração dos mercados de Serviços dos quatro Estados-Partes, tendo a ANTAQ, em coordenação com o Ministério dos Transportes e por solicitação do Itamaraty, preparado novos subsídios para a composição da lista de compromissos específicos do Brasil, no que tange ao subsetor de transporte marítimo (sem prejuízo das negociações relativas ao referido Acordo Multilateral).

As conversações MERCOSUL/CHILE, com vistas à transformação daquele país em sócio pleno do Bloco, contaram com novas seções de trabalho (mantida, não obstante, a participação chilena no SGT-5, por exemplo, dentre os demais Subgrupos ou instâncias de trabalho dos quais já participa), para cuja preparação a ANTAQ foi igualmente chamada a prestar a sua colaboração.

OMC/GATS

A participação do Brasil nas negociações do GATS – Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços galgou um novo patamar com a apresentação de novas ofertas de compromissos setoriais e, desse modo, o país prestou a sua cooperação na OMC – Organização Mundial do Comércio para a almejada conclusão das negociações da denominada Rodada de Doha. Aqui também a ANTAQ, em coordenação com o Ministério dos Transportes e atendendo à solicitação das Relações Exteriores, teve ativa participação nos preparativos brasileiros para a composição da oferta do Brasil sobre o comércio de serviços de transporte marítimo internacional.

Relações bilaterais e tripartites

Estados Unidos

A conclusão dos trâmites nas Chancelarias dos dois países demandou acertos adicionais no texto negociado em 2004 e, para tanto, a ANTAQ mais uma vez prestou a sua colaboração. Então finalizado, o novo Acordo Brasil/Estados Unidos de Transporte Marítimo foi firmado no mês de outubro p.p. em Washington DC.

Índia & África do Sul

O foro tripartite de cooperação Brasil/Índia/África do Sul – IBAS realizou na Cidade do Cabo um novo encontro ministerial, oportunidade em que também foram abordados os entendimentos com vistas à conclusão de um acordo tripartite de transporte marítimo, assim como de um memorando de entendimento para a cooperação técnica setorial entre os três países. Em coordenação com o Ministério dos Transportes e demais entidades governamentais envolvidas nesses dois projetos, a ANTAQ participou ativamente dos preparativos brasileiros, inclusive com a elaboração da minuta de proposta de Acordo que foi levada à mesa de negociações na reunião Ministerial da Cidade do Cabo.

Argélia



Em encontro bilateral paralelo, realizado por ocasião da Cúpula dos Países Árabes e da América do Sul, em Brasília, deu-se início às conversações propostas pelo governo argelino com vistas à atualização do Acordo Brasil/Argélia sobre Transporte Marítimo. Acatando pedido argelino, o governo brasileiro apresentou à mesa de negociações uma minuta para o novo texto, cuja elaboração contou com os trabalhos da ANTAQ, do Ministério dos Transportes e de demais entidades governamentais envolvidas no instrumento.

Outros países

No curso das suas atividades regulares, a ANTAQ recebeu a visita de autoridades setoriais de diversos países, dentre as quais a Diretoria do Porto de Rouen/França, para troca de informações sobre a atual cooperação entre aquele porto e diferentes portos brasileiros, assim como sobre as perspectivas dessa cooperação. A ANTAQ recebeu ainda a visita de delegação oficial do Parlamento da África do Sul, com o objetivo de conhecer a sua organização institucional, as suas atribuições e competências, assim como a sua experiência regulatória.

1.6.2.2. Ações operacionais em navegação

Regulação

Submetida à audiência pública a Norma para Outorga de Autorização para Prestação de Serviço de Transporte de Passageiro e Serviço de Transporte Misto na Navegação Interior de Percurso Longitudinal.

Outorga

Atendimento a solicitações de autorizações/registros de afretamentos de embarcações:

- 964 na navegação de longo curso;
- 1.399 na navegação de cabotagem;
- 21 na navegação de apoio marítimo.

Analisadas e processadas 445 solicitações de liberação de carga prescrita à bandeira brasileira.

Emissão de seis Certificados de Autorização de Afretamento de embarcações ou comboios para operação na navegação interior.

Emissão de dezenove Termos de Autorização para operação na navegação interior de percurso longitudinal e de travessia.



Emissão de 25 Termos de Autorização para operação nas navegações de longo curso, de cabotagem, de apoio portuário e de apoio marítimo.

Fiscalização

Elaboração de dezoito pareceres técnicos sobre matéria relacionada a demonstrações contábeis, parecer de auditoria e habilitação jurídica.

Instauração de 31 procedimentos de fiscalização para apurar denúncias sobre prática comercial e indícios de violação de dispositivos legais e regulamentares.

Instauração de quatorze processos administrativos para apurar denúncias sobre prática comercial e indícios de violação de dispositivos legais e regulamentares.

Informação

Participação e acompanhamento dos assuntos da Organização Marítima Internacional – IMO e principais convenções:

- 9ª Reunião do Sub-comitê de Cargas Líquidas e Gasosas a Granel – BLG 9;
- 4ª Reunião Intersessional da Convenção de Água de Lastro (MEPC-IBWWG4);
- 53ª Reunião do Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho (MEPC 53);
- Convenção Internacional para Controle e Gestão da Água de Lastro e Sedimentos de Navios;
- Convenção Internacional para a salvaguarda da vida humana no mar, 1974 – SOLAS – 74;
- ISPS CODE – Código Internacional para a Proteção de Navios e Instalações Portuárias;
- Convenção Internacional relativa à intervenção em alto-mar em caso de acidentes por óleo-intervention;
- Convenção sobre a prevenção de poluição marítima por alijamento de resíduos e outras matérias (Ic-72);
- Convenção sobre Facilitação do Tráfego Marítimo Internacional – FAL;
- Convenção Internacional sobre controle de sistemas anti-incrustantes nocivos em navios, 2001;



- Convenção para a supressão de atos ilícitos contra a segurança da navegação marítima e protocolo para a suspensão de atos ilícitos contra a segurança de plataformas fixas na plataforma continental – SUA 88;
- Convenção Internacional sobre Responsabilidade e Compensação por Danos Relativos ao Transporte por Mar de Substâncias Potencialmente Perigosas e Nocivas – NHS 1996.

1.6.2.3. Ações operacionais em portos

Regulação

Com vistas ao aperfeiçoamento do marco regulatório foram elaboradas propostas de alterações na Resolução nº 55-ANTAQ, que trata de norma para o arrendamento de áreas e instalações portuárias destinadas à movimentação e armazenagem de cargas e ao embarque e desembarque de passageiros. As alterações propostas, em vias de serem submetidas à audiência pública, visam a sinalizar maior segurança aos investidores e a fomentar a maior competição entre os prestadores de serviço.

Alterações foram também introduzidas na Resolução nº 274-ANTAQ, após realização de consulta pública e análise das sugestões recebidas. Esta Resolução trata da norma sobre outorga de autorização para a construção, a exploração e a ampliação de terminal de uso privativo. A nova norma foi aprovada pela Resolução nº 517-ANTAQ, de 18.10.2005.

A Resolução nº 525-ANTAQ, de 25.10.2005, estabeleceu procedimentos completos para a execução do disposto no Decreto nº 4.391, de 26 de setembro de 2002, relativamente à realização de certames licitatórios e à celebração dos respectivos contratos de arrendamento. Estes procedimentos deverão dar continuidade e fortalecer o processo de arrendamento de áreas e instalações portuárias a operadores privados, observando a orientação da Lei dos Portos que incentiva a saída das Administrações Portuárias da operação direta dos serviços de movimentação de cargas.

Submetida à audiência pública, pela Resolução nº 537-ANTAQ, de 29 de novembro de 2005, a norma que define os procedimentos para a supervisão e fiscalização das atividades desenvolvidas pelas Administrações Portuárias nos portos organizados.

Encontra-se em vias de colocação em audiência pública norma que visa à regulamentação da abrangência e responsabilidade dos serviços denominados THC pelos operadores de terminais de contêineres. Tal iniciativa objetiva atender manifestação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE quanto à necessidade de regular a questão, emitida por ocasião do julgamento da cobrança, considerada indevida, da taxa de THC 2 relativa à segregação e entrega de contêineres pelos terminais do Porto de Santos aos recintos alfandegados retroportuários. Parecer idêntico foi também manifestado pela diretoria da ANTAQ quando do não provimento de revisão de acórdão, solicitado pelo



TECON Salvador, em relação à posição contrária da Agência frente à cobrança da THC 2 pelo TECON do Porto de Salvador.

Encontra-se também em vias de colocação em audiência pública, norma sobre a caracterização, o registro e o tratamento de usuário com elevado grau de dependência do serviço de movimentação e armazenagem de cargas nos portos organizados.

Foi expedida determinação, por meio da Resolução nº 442-ANTAQ, de 07.06.2005, aos portos marítimos e fluviais e terminais de uso privativo da obrigatoriedade de fixação de placa com indicação do endereço e telefone da ANTAQ para reclamações, críticas e sugestões.

Em processo de audiência pública, encontra-se ainda a proposta de projeto de lei que dispõe sobre a exploração de terminal especial de passageiros, construídos fora da área do porto organizado. A proposta decorre da necessidade de se prever, na legislação que rege o setor, o atendimento da crescente demanda de cruzeiros marítimos na costa brasileira, bem como de linhas regulares de passageiros, principalmente na região amazônica.

Importa mencionar a análise dos recursos acerca da cobrança da THC 2 pelos terminais de contêineres dos portos de Santos e Salvador e da cobrança pelos terminais de contêineres do Porto de Santos da taxa para cobrir os custos do ISPS Code aos recintos alfandegados retroportuários.

Da mesma forma, a análise da avaliação do recurso interposto pela Companhia Vale do Rio Doce – CVRD contra os termos da Resolução nº 415-ANTAQ, de 05.04.2005, que determina à CDRJ o estabelecimento para a Companhia Portuária Baía de Sepetiba – CPBS, em seu terminal arrendado no Porto de Sepetiba, de uma cota mínima de movimentação para atendimento a outras mineradoras.

Outorga

Em 2005 foram emitidos quinze termos de autorização para a construção e exploração de terminais portuários de uso privativo exclusivo ou misto:

- Petrobras Transportes S/A – TRANSPETRO – Canoas-RS;
- Robco Madeiras Ltda. - Breves-PA;
- Trocadeiro Portos e Logística Ltda. - Itajaí-SC;
- Brasfels S/A – Angra dos Reis-RJ;
- UTC Engenharia S/A – Ultratec – Niterói-RJ;
- GBW Logística e Montagens Ltda. - Niterói-RJ;
- Itapoá Terminais Portuários S/A – Itapoá-SC;
- Transportes Bertolini Ltda. - Santana-AP;
- Transportes Bertolini Ltda. - Icoaraci-PA;
- Gerdau Açominas S/A – Simões Filho-BA;
- Ford Motor – Candeias-BA;
- Creso Amorim – Candeias-BA;
- T.J. Créditos – Itajaí-SC;



- IBEPAR – Santana-AP;
- Companhia Siderúrgica de Tubarão – Vitória-ES.

Foram expedidas quatro habilitações ao tráfego internacional para terminais de uso privativo:

- Trocadero Portos e Logística Ltda. - Itajaí-SC;
- Brasfels S/A – Angra dos Reis – RJ;
- UTC Engenharia S/A – Ultratec – Niterói-RJ;
- Ford Motor Company Brasil Ltda. - Candeias-BA.

Análise de propostas de delimitação da área dos portos organizados, em atendimento ao artigo 23 da Lei 10.233/01:

- Porto de Itaqui – MA;
- Porto de Itajaí – SC;
- Porto de Imbituba – SC;
- Porto de Rio Grande – RS.

ANTAQ: Análise de programas de arrendamento, em atendimento a Resolução nº 55-

- Porto de Itaqui – MA;
- Porto de Imbituba – SC.

Análise de pedidos de autorização para investimentos nos portos:

- Porto de Porto Velho – RO;
- Porto de São Francisco do Sul – SC;
- Porto de Angra dos Reis – RJ;
- Porto de Itajaí – SC;
- Porto de Santos – SP;
- Porto de Rio Grande – RS;
- Porto de São Sebastião – SP.

Análise de solicitações para o arrendamento de áreas, em atendimento à Resolução nº 55-ANTAQ:

- Porto de Niterói – RJ – 02;
- Porto de Recife – PE – 05;
- Porto de São Francisco do Sul – SC – 01;
- Porto de Porto Alegre – RS – 02;
- Porto de Aratu – BA – 03;
- Porto de Imbituba – SC – 04;
- Porto de Itaqui – MA – 03;
- Porto de Barra do Riacho – ES – 01;
- Porto de Vitória – ES – 01.

Análise para reajuste e revisão de tarifas das Administrações Portuárias:



- Porto de Fortaleza – CE;
- Porto de Porto Velho – RO;
- Porto de Porto Alegre – RS;
- Porto de Santos – SP;
- Porto de Recife – PE.

Análise e aprovação de alteração na estrutura tarifária do Porto de Angra dos Reis (RJ) – cobrança pelo uso da infra-estrutura da área de fundeio – e do Porto de Imbituba (SC) – cobrança de adicional extraordinário, por tempo determinado, para cobertura das despesas de implementação do ISPS Code no Porto.

Fiscalização

As atividades de fiscalização compreendem 35 portos marítimos, 5 portos fluviais e 129 terminais de uso privativo.

No exercício de 2005 foram realizadas 12 inspeções em Administrações Portuárias, que representaram 20 portos fiscalizados.

Estas ações desenvolvidas junto aos portos objetivaram avaliar as condutas e gestões, públicas e privadas, em conformidade com os instrumentos de outorgas e com os dispositivos legais vigentes, sob o ponto de vista administrativo, operacional, jurídico, econômico-financeiro, regulatório, ambiental e de segurança das instalações.

Foram realizadas ainda três Tomadas de Contas, relativas ao ano de 2004, nas instalações da Companhia Docas de Imbituba, na DERSA-Administração do Porto de São Sebastião e na Administração do Porto de São Francisco do Sul.

Com relação aos Terminais de Uso Privativo, foram realizadas 87 inspeções com o objetivo de verificar o cumprimento das cláusulas dos contratos de adesão ou termos de autorização.

Informação

Concluídos e editados os Anuários Estatísticos de 2003 e 2004, com informações sobre as operações de carga e descarga nos portos brasileiros. Os anuários foram disponibilizados na internet e em mini-CD's.

Foram auferidos os indicadores operacionais e atualizados os preços dos serviços portuários, mediante pesquisa junto aos prestadores de serviços, nos principais portos brasileiros. Esses indicadores encontram-se disponíveis na internet.

Os indicadores operacionais associados ao desempenho dos serviços portuários consideram:

- Frequência dos navios;



- Quantidade de carga movimentada;
- Consignação média dos navios;
- Prancha média de atendimento por dia e hora;
- Tempo médio de espera para atracação;
- Atendimento ao tráfego;
- Frequência dos navios;
- Produtividade média;
- Tempo médio de espera.

Relativamente às atividades de estudos e pesquisas, com o apoio de consultorias especializadas, encontram-se em andamento ou em vias de contratação os seguintes trabalhos:

- Implantação de Instalações Portuárias para a concessão de porto público na região de Manaus – projeto em andamento - estudo de viabilidade e alternativas de localização de novas instalações portuárias na região de Manaus.
- Avaliação da capacidade de movimentação de cargas nos portos e terminais, em atendimento à demanda de mercado das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul – projeto em fase final de contratação - avaliação de necessidades de expansão para o atendimento às demandas atuais e futuras, com vistas a embasar a elaboração de um Plano Geral de Outorgas e subsidiar a formulação de políticas públicas pelo Ministério dos Transportes.
- Diretrizes para a promoção e defesa da concorrência no subsetor portuário – projeto em fase de contratação – Estudo inserido no projeto PACE acordado entre o Governo Federal e o Banco Mundial, tem por objetivo oferecer condições à Agência de identificar falhas de mercado e eventuais externalidades que venham a comprometer o funcionamento eficiente da atividade e ainda aperfeiçoar ações na promoção da defesa da concorrência por meio de mecanismos de cooperação com outros órgãos envolvidos como a SEAE/MF, SDE/MJ e CADE.
- Avaliação de desempenho da gestão portuária – projeto em fase de contratação – estudo inserido no projeto PACE acordado entre o Governo Federal e o Banco Mundial, tem por objetivo a definição de parâmetros para aferição do desempenho operacional e a qualidade dos serviços prestados e bem assim o aprimoramento de metodologia para concessão de reajustes e revisões de tarifas.

2 - GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



2.1. Gestão Orçamentária

De acordo com o artigo 77 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, com as alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 2.217-3, de 4 de setembro de 2001, constituem receitas da ANTAQ:

- dotações que forem consignadas no Orçamento Geral da União decorrentes de créditos especiais, transferências e repasses;
- recursos provenientes de instrumentos de outorga e arrendamento administrados pela Agência;
- produtos das arrecadações de taxas de fiscalização da prestação de serviços e de exploração da infra-estrutura atribuídas à Agência;
- recursos provenientes de acordos, convênios e contratos, inclusive os referentes à prestação de serviços técnicos e fornecimento de publicações, material técnico, dados e informações;
- produto das arrecadações, decorrentes da cobrança de emolumentos e multas;
- outras receitas, inclusive as resultantes de aluguel ou alienação de bens, da aplicação de valores patrimoniais, de operações de crédito, de doações, legados e subvenções.

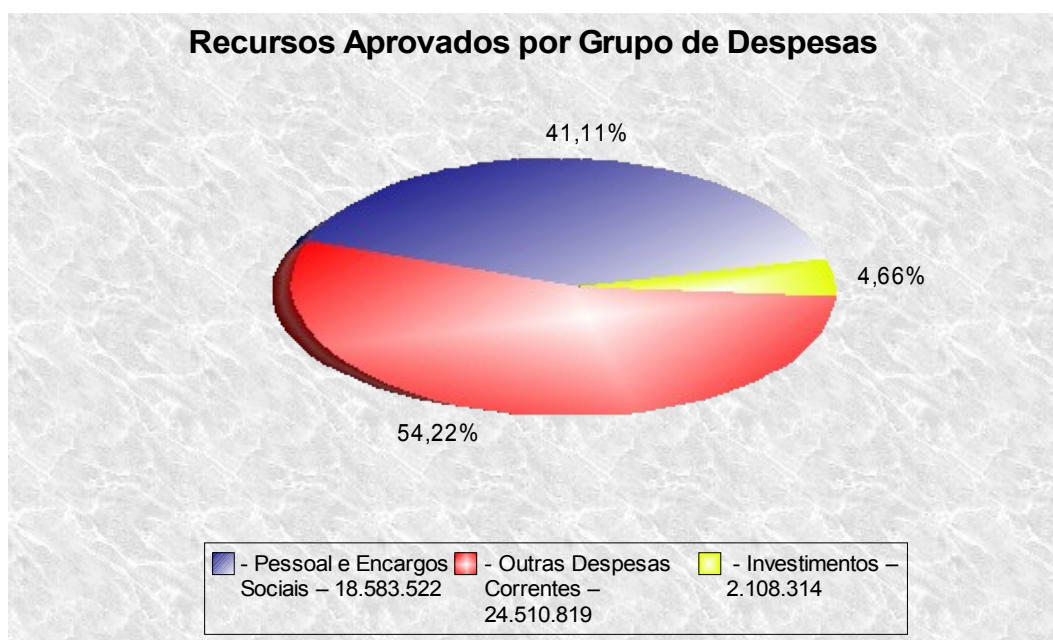
Para o exercício de 2005 foi consignado à ANTAQ, através da Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005 e alterações decorrentes de créditos adicionais, um montante de recursos no valor de R\$ 45.202.655,00, com origem nas seguintes fontes:

Em R\$ 1,00		
Fonte	Descrição	Valor
0100	Recursos do Tesouro – Exercício Corrente	8.991.140
1300	Recursos do Tesouro – Exercícios Anteriores - Contrapartida BIRD	20.000
0111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis	35.375.947
0148	Operações de Crédito Externas – em Moeda - BIRD	454.028
0153	- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.000
1111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – Combustíveis – Contrapartida - BIRD	360.540
Total		45.202.655

O montante de recursos aprovados (Lei + Créditos) destinava-se à cobertura dos seguintes grupos de despesas:

Em R\$ 1,00

Descrição	Fonte	Valor	%
- Pessoal e Encargos Sociais		18.583.522	41,11
	0100	8.991.140	19,89
	0111	9.591.382	21,22
	0153	1.000	0,00
- Outras Despesas Correntes		24.510.819	54,22
	0111	23.676.251	52,38
	0148	454.028	1,00
	1111	360.540	0,80
	1300	20.000	0,04
- Investimentos		2.108.314	4,66
	0111	2.108.314	4,66
TOTAL		45.202.655	100,00



A alocação de 41,11% do valor da Dotação Orçamentária aprovada visava assegurar o gasto com “Pessoal e Encargos Sociais” inclusive o ressarcimento do pessoal requisitado de outros órgãos.

Nos grupos de despesas “Outras Despesas Correntes” e “ Investimentos” foram alocados 58,89% do valor Dotação Orçamentária que se destinava basicamente a:

III. manutenção em geral;



- IV. pagamento de benefícios;
- V. reequipamento da sede e instalação das Unidades Regionais.

O Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, estabeleceu limites para Movimentação, Empenho e Pagamentos, referentes aos grupos “Outras Despesas Correntes e Investimentos” conforme demonstrado a seguir:

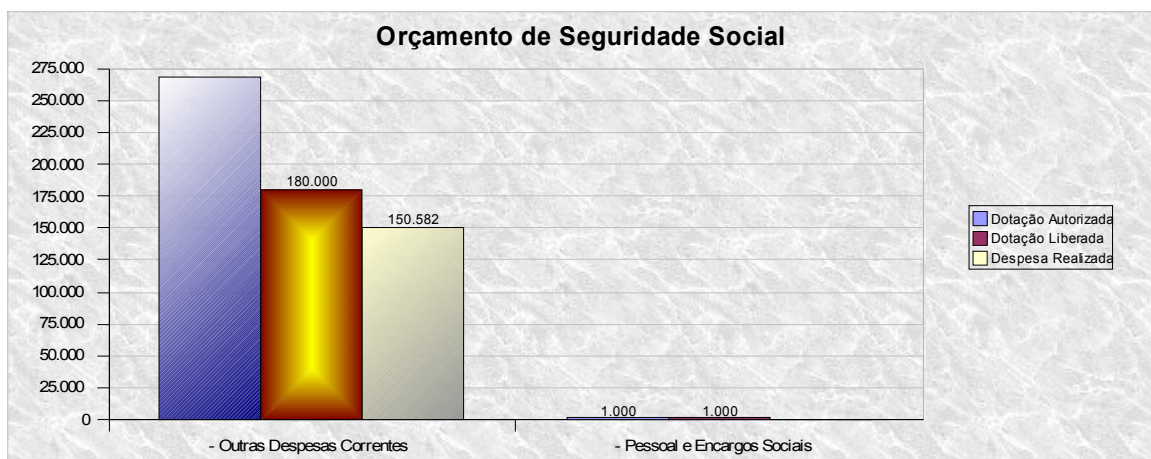
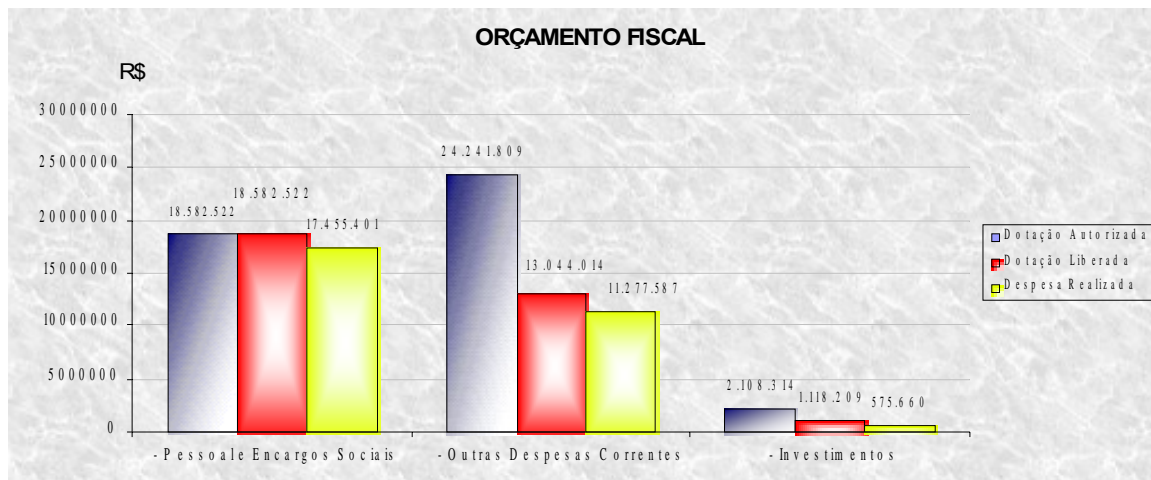
Recursos de Todas as Fontes - R\$ 1,00

CATEGORIA / GRUPO	Descrição	DOTAÇÃO AUTORIZADA (Lei + Créditos)	DOTAÇÃO LIBERADA	DESPESA REALIZADA	% de Execução
		(a)	(b)	(c)	d = (c/b)
ORÇAMENTO FISCAL		44.932.645	32.744.745	29.308.648	89,51
3.0.00.00.00	Despesas Correntes	42.824.331	31.626.536	28.732.988	90,85
3.1.00.00.00	- Pessoal e Encargos Sociais	18.582.522	18.582.522	17.455.401	93,93
3.3.00.00.00	- Outras Despesas Correntes	24.241.809	13.044.014	11.277.587	86,46
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.108.314	1.118.209	575.660	51,48
4.4.00.00.00	- Investimentos	2.108.314	1.118.209	575.660	51,48
ORÇAMENTO DE SEGURIDADE SOCIAL		270.010	181.000	150.582	83,65
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	270.010	181.000	150.582	83,65
3.1.00.00.00	- Pessoal e Encargos Sociais	1.000	1.000	0	0,00
3.3.00.00.00	- Outras Despesas Correntes	269.010	180.000	150.582	83,65
T O T A L		45.202.655	32.925.745	29.459.230	89,47

- = Inclui restos a pagar

O montante de recursos no valor R\$ 9,6 milhões, concedidos originalmente na Lei Orçamentária nº 11.100/05, destinados ao pagamento de “Pessoal e Encargos Sociais” foi insuficiente para este tipo de despesa no decorrer do exercício, uma vez que com a admissão de parte do pessoal concursado, estas despesas para o exercício foram projetadas num montante de R\$ 18,6 milhões, exigindo, assim, a abertura de créditos suplementares no valor de R\$ 9,0 milhões.

No que tange à categoria “Despesas de Capital”, o baixo desempenho da execução no grupo de natureza de despesa “Investimentos” decorre do fato de que a liberação do limite para empenho, objetivando a aquisição de bens destinados ao reequipamento do edifício sede e das Unidades Regionais, observou um comportamento atípico, com a efetivação de estornos abruptos nos limites autorizados que alcançaram inclusive despesas pré-empenhadas. O saldo de recursos liberados e não utilizados corresponde basicamente à liberação efetivada em 22 de dezembro, véspera da data limite para empenho, e, portanto, sem tempo hábil para as contrações necessárias.



Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR PROGRAMA E AÇÃO

Recursos de todas as Fontes
Em R\$ 1,00

PROGRAMA / AÇÃO	Despesa Autorizada (a)	Dotação Liberada (b)	Despesa Realizada (c)	% Execução d = c/b
0221 SERVIÇOS DE TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	44.367.087	32.524.745	29.459.230	90,57
0221.2088 Concessão e Regulação dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura do Transporte Aquaviário	3.186.657	445.000	276.876	62,22
0221.2090 Fiscalização dos Serviços e da Exploração da Infra-estrutura do Transporte Aquaviário	3.577.988	537.790	537.756	99,99
221.2272 Gestão e Administração do Programa – Outras Despesas Correntes	17.901.638	12.179.433	10.636.553	87,33

0221.2272	Gestão e Administração do Programa - Pessoal e Encargos Sociais	18.118.427	18.118.427	17.455.402	96,34
0221.09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	464.095	464.095	0	0
0221.4641	Publicidade de Utilidade Pública	50.000	0	0	0
0221.2004	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Empregados e seus Dependentes	269.010	180.000	150.582	83,66
0221.2010	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	27.360	25.000	11.461	45,84
0221.2011	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	116.160	75.000	71.041	94,72
0791.2012	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	355.752	200.000	171.736	85,87
0221.4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	300.000	300.000	147.823	49,27
0225	GESTÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES	834.568	400.000	0	0,00
0225.10WN	Assistência Técnica para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo Sustentável - PACE	834.568	400.000	0	0,00
0089	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO	1.000	1.000	0	0,00
0089.0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	1.000	1.000	0	0,00
TOTAL		45.202.655	32.925.745	29.459.230	89,47

(a) = Lei + Créditos;

(b) = Dotação liberada

(c) = Inclui restos a pagar

Com respeito à execução física das ações, são apresentados a seguir quadros com as informações conforme consta dos registros do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPlan:

DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES			
	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	
0221 – SERVIÇOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS				
CONCESSÃO E REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA EXPLORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	Outorga Concedida (unidade)	40	64	160,0
FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA EXPLORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	Empresa Fiscalizada (unidade)	40	185	462,5
GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA	-	-	-	-
PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	-	-	-	-

DESCRIÇÃO	EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES			
	Unidade de Medida	Previsto	Realizado	
0221 – SERVIÇOS DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS				
CONCESSÃO E REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA EXPLORAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DO TRANSPORTE AQUAVIÁRIO	Outorga Concedida (unidade)	40	64	160,0
CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO	Servidor Capacitado (unidade)	250	248	99,2
ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES, EMPREGADOS, E SEUS DEPENDENTES	Pessoa Beneficiada (unidade)	641	238	37,1
AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	Servidor Beneficiado (unidade)	183	140	76,5
AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS	Servidor Beneficiado (unidade)	80	67	83,8
ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DE SERVIDORES E EMPREGADOS	Criança de 0 a 6 anos atendida (unidade)	24	26	108,3
PAGAMENTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES	Pessoa Beneficiada (unidade)	1	0	0
CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS	-	-	-	-
0225 - GESTÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES				
Assistência Técnica para Gestão do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo Sustentável - PACE	Agenda Implantada (% de execução física)	86	0	0
0089 – PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO				
Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	Pessoa Beneficiada	0	0	0

2.2 – Gestão Financeira

No decorrer do exercício foram repassados pelo Ministério dos Transportes à ANTAQ recursos no valor de R\$ 26.608.502,51, os quais, adicionados ao saldo de exercícios anteriores (recursos diferidos) de R\$ 645.876,00, totalizaram R\$ 27.254.378,51 conforme discriminação a seguir:

Fonte	Descrição	Valor – R\$ 1,00		
		2005	Exercícios Anteriores (diferido)	TOTAL
0100	Recursos do Tesouro - Ordinários	7.172.901,18	0	7.172.901,18
0111	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Combustíveis	19.434.916,03	645.876,00	20.080.792,03
0250	Recursos não Financeiros Diretamente Arrecadados	685,30	0	685,30
TOTAL		26.608.502,51	645.876,00	27.254.378,51



3. GESTÃO PATRIMONIAL

3.1. Adequação de perfil e dos quantitativos

A ANTAQ iniciou suas atividades, após a edição do Decreto nº 4.133, de 13 de fevereiro de 2002, ocupando as instalações da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – Geipot (em liquidação), situadas no Setor de Autarquias Norte – Edifício Núcleo dos Transportes. Utilizou-se ainda de móveis e equipamentos transferidos por aquela Empresa.

No início de 2003, por determinação da Secretaria de Patrimônio da União e do Ministério dos Transportes e com a finalidade de abrigar novos órgãos criados, a Agência teve que desocupar mais de 40% da área recebida do Geipot. Face à situação e, especialmente, à vista do início do provimento do quadro efetivo de servidores da Agência, providenciou-se a mudança, ocorrida no final do exercício, para uma sede exclusiva, localizada no SEPN Quadra 514, conjunto E.

Relativamente ao mobiliário, previa-se a aquisição de estações de trabalho, conforme leiaute pré-definido, tendo em vista o melhor aproveitamento do espaço das novas instalações, permanecendo o mobiliário em uso com o DNIT, que deveria ocupar as instalações deixadas pela ANTAQ, conforme acordado.

Entretanto, frente ao corte abrupto realizado no orçamento da ANTAQ, que alcançou inclusive despesas pré-empenhadas destinadas à aquisição das estações de trabalho, a Agência teve que adaptar o mobiliário antigo à novas instalações, mesmo em prejuízo do melhor aproveitamento do espaço.

A situação orçamentária mencionada causou reflexos também na montagem das unidades regionais de Manaus, Belém, Porto Velho, Recife e Florianópolis e, inclusive, na posse do respectivo pessoal concursado.

Prevê-se para o primeiro semestre do próximo exercício a complementação da sede da Agência e a instalação das unidades regionais mencionadas.

Com relação aos recursos de suporte específicos para as atividades finalísticas, aguarda-se a instalação das unidades regionais para a definição e o dimensionamento dos equipamentos necessários às atividades de fiscalização. Prevê-se a necessidade de equipamentos específicos, a exemplo de barcos e outros equipamentos, especialmente para a região amazônica.

3.2. Atualização tecnológica



Ao longo dos exercícios de 2002 e 2003, a Agência empenhou-se na atualização do seu parque tecnológico, incluindo servidores de rede, licenciamentos e estações de trabalho, voltando-se, em 2004, à modernização administrativa e ao desenvolvimento de novas soluções.

Em 2005 os esforços da Gerência de Informática e Desenvolvimento Organizacional estiveram voltados para a implantação do OpenOffice nas estações de trabalho, observando o disposto no Projeto de Implantação de Software Livre da ANTAQ.

Implantação do software livre

Após estudos de viabilidade, compatibilidade e interoperabilidade a implantação do software livre na ANTAQ foi efetivada em 2005, observando-se o seguinte esquema:

Divulgação

Divulgação ampla dos benefícios da utilização da plataforma de software livre, através de workshops e da divulgação dos artigos, novidades e dos resultados do processo de migração através da Intranet;

Entrega de uma mídia, confeccionada pela Caixa Econômica Federal e cedida à ANTAQ, contendo o sistema operacional LINUX e os Softwares Livres para editoração / planilha, a todos os servidores da Agência.

Treinamento

Foi realizado treinamento específico visando a criação de uma equipe especializada e capacitada a dar o suporte necessário aos usuários, treinamentos e multiplicação do conhecimento adquirido. A esta equipe foi ministrado curso de OpenOffice avançado, encontrando-se em andamento o curso de LINUX Administração e LINUX Segurança.

Posteriormente, foi realizada a capacitação dos servidores da ANTAQ em OpenOffice básico, visando um conhecimento das ferramentas de edição de texto, planilha eletrônica e criação de slides e bem assim a interface, a funcionalidade, os comandos e as telas do Software.

Migração das Estações de Trabalho

A migração nas estações de trabalho foi realizada em três etapas:

- 1ª etapa: Em janeiro de 2005 foi retirado das máquinas da GIND o software proprietário e instalado o OpenOffice para que os servidores da unidade se familiarizassem com a nova ferramenta.



- 2ª etapa: Em março de 2005 foi instalado o OpenOffice em todas as máquinas da ANTAQ, nesse momento os servidores tiveram a opção de utilizar tanto o Software Microsoft Office quanto o Software OpenOffice.

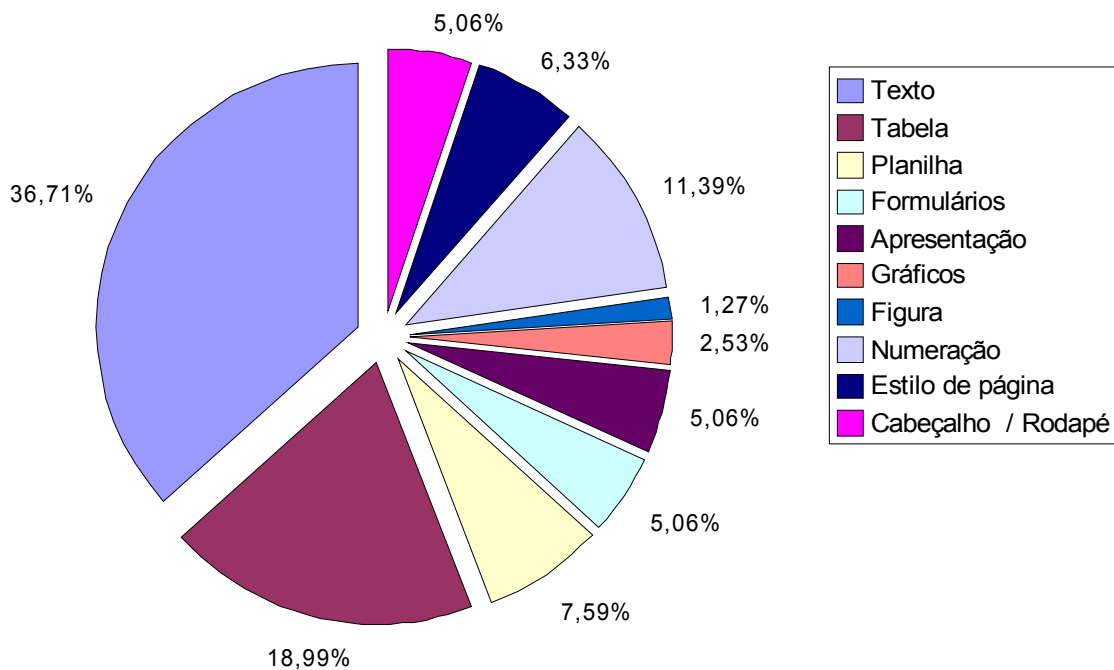
- 3ª etapa: Em junho de 2005 os servidores da ANTAQ participaram do curso de OpenOffice e em julho/2005 os técnicos da GIND começaram a retirada do Software Microsoft Office das estações de trabalho.

Obs.: Em novembro de 2005 a GIND realizou um upgrade no OpenOffice, substituindo a versão 1.1.3 pela versão 2.0, a versão mais atual do software.

Controle

Capacitou-se uma equipe de documentação que, ao longo de 2005, realizou atendimentos visando detectar os problemas surgidos relativos à migração, mudança de extensão e formatação de documentos antigos. Os atendimentos realizados, permanentemente avaliados, constituíram a seguinte base de dados:

Atendimento OpenOffice



Desenvolvimento e manutenção de sistemas

As atividades referentes ao desenvolvimento de soluções informatizadas no ano de 2005 concentraram-se nas áreas finalísticas de Portos e Navegação bem como na produção de sistemas em parceria com a Marinha do Brasil, representada pela Diretoria de Portos e Costas - DPC e pelo Comando do Controle do Naval do Tráfego Marítimo – COMCONTRAM. O quadro seguinte apresenta os trabalhos desenvolvidos, inclusive aqueles relativos à manutenção de sistemas.

Sistema	Objetivo	Órgãos / Áreas Envolvidas	Situação / Ambiente
Corporativo	Centralização das informações utilizadas pelas diversas gerências, oferecendo uma estrutura única para o armazenamento dos dados corporativos além de possibilitar um gerenciamento mais eficiente dessas informações. Este sistema será utilizado pelos outros sistemas ou componentes projetados para acessarem as informações corporativas de Portos e Navegação.	SNA, SPO, DG	Navegação Interior Concluído. Demais áreas em Desenvolvimento/ Homologação
SISDESP -Sistema de Despacho de Navios	Controlar os despachos das embarcações que navegam em águas jurisdicionais brasileiras. Dentre as funcionalidades do sistema, destaca-se a informatização dos documentos de entrada, despacho, saída de embarcações e anexos. Com este sistema, os envolvidos na fiscalização da movimentação de embarcações poderão se organizar de maneira mais eficiente para realizar seu trabalho.	DPC (Capitanias, Delegacias, Agências), ANTAQ	Desenvolvimento / Intranet – Internet
SISGEMB – Sistema de Gerenciamento de Embarcações	Manutenção de um cadastro completo de embarcações, agentes, proprietários, armadores e afretadores, Tribunal Marítimo e ANATEL. Este sistema será utilizado pelas Capitanias, Delegacias e Agências e os dados das embarcações cadastradas poderão ser disponibilizados para outros interessados mediante acordos firmados com a DPC.	DPC (Capitanias, Delegacias, Agências), ANTAQ, ANATEL	Desenvolvimento / Intranet – Internet
APP – Acompanhamento de	Destinado a prover informações que venham a servir como base de	GDO	Concluído / Intranet Manutenção

Sistema	Objetivo	Órgãos / Áreas Envolvidas	Situação / Ambiente
Preços Portuários	referência para o cálculo de indicadores operacionais e de preços, necessários à aferição da qualidade dos serviços, com vistas a dar suporte para o cumprimento às suas atribuições legais.		
Projeto COMCONTRAM	Intercâmbio de informações que contribuem para o aperfeiçoamento da segurança da navegação e o acompanhamento das atividades de tráfego aquaviário.	ANTAQ, COMCONTRAM	Manutenção
PAS – Plano de Assistência a Saúde	Acompanhar as adesões de titulares e dependentes aos planos de assistência médica e odontológica, bem como armazenar e controlar os gastos realizados pelos beneficiários	CBL	<u>Manutenção Evolutiva</u>
SARH – Sistema de Administração de Recursos Humanos	Acompanhar o planejamento, recrutamento, seleção, treinamento e avaliação dos colaboradores.	GREH	Intranet <u>Manutenção Evolutiva</u>
SDAC – Sistema de Aquisições e Contratações	Automatizar o processo de disponibilização de editais de pregões, convites, tomadas de preços, relatório de compras e concorrência na Internet a fim de possibilitar que a Coordenadoria de Compras possa controlar as empresas que acessarem os editais.	CCO	Concluído / Intranet – Internet <u>Manutenção Evolutiva</u>
SDP – Sistema de Desempenho Portuário	Destinado a prover informações que venham a servir como base de referência para o cálculo de indicadores operacionais e de preços, necessários à aferição da qualidade dos serviços, com vistas a dar suporte para o cumprimento às suas atribuições legais.	GDO	Intranet <u>Manutenção evolutiva</u>
SICAP – Sistema de Acompanhamento de Processos (versão II)	Registrar, movimentar, anexar e controlar os processos e documentos da Agência, bem como possibilitar a busca dos mesmos através de pesquisas avançadas.	ANTAQ	Concluído / Intranet <u>Manutenção Evolutiva</u>
SIGA – Sistema Integrado de Gestão Ambiental	Dar suporte à promoção da gestão ambiental do subsetor portuário e a gestão da segurança contra atos ilícitos de modo a se obter uma atividade sustentável.	GGP	Desenvolvimento / Intranet <u>Interrompido</u>
Sistema da Assessoria	Registrar e acompanhar as proposições relacionadas a	ASSP	Concluído / Intranet

Sistema	Objetivo	Órgãos / Áreas Envolvidas	Situação / Ambiente
Parlamentar - ASSP	Agência que tramitam na Câmara dos Deputados, Senado Federal e demais órgãos intervenientes.		
Controle Telefônico – CTEL (v2)	Controlar as ligações telefônicas para o faturamento de valores adicionais ao permitido baseado na Norma Interna 091	GLOG	Concluído / Intranet Manutenção
Sistema de Acompanhamento de Demandas - SAD	Controlar e acompanhar as demandas internas e externas das diversas áreas da Agência, alertando os prazos vencidos através do mural eletrônico.	SPO	Concluído / Intranet
Sistema de Segurança e Administração – SSA (v2)	Identificar e controlar o acesso dos usuários aos demais sistemas da Agência, garantindo a restrição dos acessos e a execução apenas das operações permitidas para cada perfil de acesso.	CSI	Concluído/ Intranet

Projeto	Objetivo	Áreas Envolvidas	Situação
Desenvolvimento da Rotina de Boletim de Pessoal e Serviços (dinâmica)	Levantamento de informações e racionalização de processos de trabalho.	GREH e CDO	Co Concluído – Em avaliação Se na GEREH
GOPDA - Grupo de Organização de Processos, Documentos e Arquivo	Correção dos dados dos processos no SICAP.	SGE, CAD, SAF, SPO e SNA	Concluído
Treinamentos do SICAP	Disseminação dos conhecimentos sobre a correta utilização do SICAP.	Unidades da SNA, SPO, SAF e Escritório Regional de SP	Em andamento
Desenvolvimento do Portal de Regulamento de Pessoal (dinâmica)	Disseminação dos conhecimentos relativos ao Regulamento de Pessoal	GREH e CDO	Concluído Manutenção Evolutiva
Desenvolvimento da Rotina de Boletim de Pessoal e Serviços	Levantamento de informações e racionalização de processos de trabalho.	GREH e CDO	Em andamento
Elaboração do Guia de pesquisa rápida do OpenOffice 2.0	Disseminação dos conhecimentos de forma rápida das funções mais utilizadas do OpenOffice	CDO	Em andamento
Treinamento Avançado do	Disseminação dos conhecimentos avançados	CDO e todas as unidades da ANTAQ	Em andamento

Projeto	Objetivo	Áreas Envolvidas	Situação
OpenOffice	do OpenOffice		
Implantação do Portal de Software Livre	Disseminação das informações relativas à implantação do Software Livre na ANTAQ	CDO e ASSC	Desenvolvimento Interrompido
Desenvolvimento de Manuais de Utilização de Sistemas	Criação de manuais de utilização dos sistemas: SARH e Corporativo	CDO, GREH e Portos	Em andamento
Reestruturação Organizacional	Otimização da estrutura organizacional da ANTAQ	DG e SAF	Concluído
Publicação da nova internet	Publicação do novo portal da ANTAQ com os padrões exigidos pela Rede Governo.	DG e ASSC	Concluído
Criação do Layout da nova intranet	Reestruturação do seu conteúdo e visual	DG e ASSC	Concluído
Reformulação do Portal ANTAQ	Divisão do portal da ANTAQ em três partes (ANTAQ, Portos e Navegação)	CDO, ASSC, Portos e Navegação	Concluído
Criação do Portal de Recursos Humanos	Disseminação das informações pertinentes à área de Recursos Humanos	CDO e GREH	Concluído Manutenção evolutiva
Padronização das Resoluções e Normas	Mudança de aprox. 700 arquivos de extensão HTML para PDF	CDO e ASSC	Concluído
Criação do Portal de Desempenho Operacional	Disseminação das informações pertinentes à área de Desempenho Operacional.	CDO e GDO	Concluído
Anuário Estatístico 2004	Criação de CD do anuário estatístico para divulgação das informações estatísticas geradas pela ANTAQ.	CDO e GDO	Concluído
Criação do Portal de Gestão Portuária	Disseminação das informações pertinentes à área de Gestão Portuária	CDO e GGP	Concluído
CD de Legislação	Criação de CD com toda legislação pertinente à ANTAQ.	CDO e ASSC	Concluído
Criação da página de licitação	Preparação de página para a utilização do sistema de licitação para a Internet.	CADCP	Concluído
Criação de logomarcas como da GIND, GOPDA e MMI	Criação de identidades visuais para as siglas	GIN D	Concluído

Atividade	Objetivo	Periodicidade
Manutenção do clipping e notícias da intranet e internet	Atualização do conteúdo da intranet e da internet.	Diário
Testes de usabilidade	Detecção de possíveis dificuldades de acesso às informações.	Mensal
Manutenção do “Navegando a Notícia”	Divulgação das notícias internas da ANTAQ.	Mensal
Inclusão de Resoluções, Normas, Terminais Privativos e Audiências Públicas	Inserção de novos atos administrativos e avisos gerais, de audiências e de sessões públicas.	Aperiódico



4. GESTÃO DE PESSOAS

No exercício de 2005 a área de recursos humanos concentrou suas atividades na realização do concurso público para o provimento dos cargos efetivos criados pela Lei nº 10.871/2004, na elaboração dos regulamentos de pessoal e de estágio probatório, a par das atividades de rotina relativas à capacitação, registros cadastrais, pagamento de pessoal, concessão e controle de benefícios inerentes à atividade de recursos humanos.

Importa ressaltar, além da realização do concurso público e o início dos provimentos dos cargos efetivos da Agência, as alterações na força de trabalho decorrentes da redistribuição de servidores originários do extinto DNER e do Ministério dos Transportes e bem assim a substituição do pessoal terceirizado pelo pessoal concursado.

Pode-se destacar ainda no exercício os seguintes trabalhos desenvolvidos:

- Unificação da base de dados do SARH, permitindo a consistência de informações e a concessão de direitos e vantagens do servidor a partir de uma mesma base de dados, a exemplo da concessão de diárias, férias, assistência médica e odontológica.
- Portal de RH na intranet, que disponibiliza informações sobre todas as atividades de RH, bem como da legislação pertinente, de forma a que os questionamentos sejam dirimidos de imediato por meio do acesso aos regulamentos disponíveis na página principal de intranet.
- Disponibilização de formulários na intranet, facultando aos servidores efetuarem requerimentos à administração relativos a direitos e vantagens.
- Elaboração de proposta, encaminhada ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, visando a criação de Plano Especial de Cargos para o pessoal do Quadro Específico, buscando minimizar a defasagem de remuneração e a equiparação dos cargos ocupados por esses servidores aos cargos do Quadro de Pessoal Efetivo.
- Assinatura de Termos de Cooperação Administrativa com as Gerências Regionais do Ministério da Fazenda, objetivando a homologação de atestados médicos e a realização de perícias médicas, com vistas à concessão de benefícios aos servidores lotados nas unidades regionais da Agência.
- Realização de Oficinas de Estudo com palestras e cursos, normalmente ministradas pelos próprios servidores da Agência, sobre portos, navegação, meio-ambiente, licitações, regime jurídico do servidor, entre outros temas.
- Realização de Seminários de Ambientação, nos meses de outubro, novembro e dezembro, destinados aos novos servidores da ANTAQ, com a finalidade de proporcionar uma visão geral da administração pública e da Agência, notadamente o negócio, estrutura organizacional, macroprocessos e fluxogramas e, ainda, orientar a relação servidor/instituição e código de ética.



4.1 Concurso público

Autorizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio da Portaria nº 311, de 29 de novembro de 2004, foi realizado concurso público para o provimento de 161 vagas dos 470 cargos criados Lei nº 10.871/2005.

QUANTITATIVO DE VAGAS PARA CONCURSO

CARGO	NUMERO VAGAS
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários	65
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários	35
Analista Administrativo	36
Técnico Administrativo	25
TOTAL	161

O concurso público da ANTAQ foi contratado com o CESPE-UnB, compreendendo uma primeira etapa com a realização de provas objetivas para todos os cargos e de provas de títulos para os cargos de nível superior, e de uma segunda etapa correspondendo ao curso de formação para os candidatos ao cargo de Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários.

Foram efetivadas as nomeações dos candidatos aprovados com as lotações definidas para Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, prevendo-se a nomeação dos aprovados para as unidades regionais de Manaus, Belém, Porto Velho, Recife e Florianópolis no início do próximo exercício, na medida da instalação dessas unidades.

Distribuição de vagas por localidade

Cargo/especialidade	Localidade							
	Brasília	Rio de Janeiro	São Paulo	Manaus	Belém	Porto Velho	Recife	Florianópolis
Especialista-Eng.naval	5							
Especialista-Eng.Civil	6							
Especialista-QAF	36		2	4	4	4	2	2
Analista Adm-Bibliotec	1							
Analista Adm-Contad	6							
Analista Adm-Jornal	3							
Analista Adm-Arquiv	1							
Analista Adm.QAF	22		1	1	1			
Técnico Regulação	8		5	5	5	4	4	4
Técnico Administrativo	20	2		1	1		1	
Total p/localidade	108	2	8	11	11	8	7	6
Nomeados- Nomear	118			43				



4.1.1. Ampliação de vagas

Por meio da Portaria nº 408, de 29 de dezembro de 2005, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorizou o preenchimento de mais 40 vagas, a partir de junho de 2006, em aproveitamento ao concurso realizado.

Ampliação do número de vagas

CARGO	AMPLIAÇÃO
Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários	16
Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários	10
Analista Administrativo	9
Técnico Administrativo	5
TOTAL	40

4.2. Força de trabalho

A força de trabalho da ANTAQ evoluiu, no exercício de 2005, de 347 para 379 servidores e colaboradores, ou seja, entre servidores efetivos, requisitados, temporários, terceirizados e outros prestadores de serviço. Vale observar que a evolução ocorreu tanto no aspecto quantitativo quanto no aspecto qualitativo, uma vez que a Agência providenciou a substituição do pessoal terceirizado nas atividades de apoio administrativo, concomitantemente à entrada do pessoal concursado.

Os quadros seguintes demonstram a composição da força de trabalho da Agência.

Serviços terceirizados

Serviços	Quantitativo
Informática (Brasília)	23
Secretariado (Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo)	23
Vigilância (Brasília)	10
Limpeza (Brasília)	15
Mensageiria (Brasília)	10
Copeiragem (Brasília)	04
Transporte (Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo)	07
Limpeza e copeiragem (Rio de Janeiro)	03
Limpeza e copeiragem (São Paulo)	01
Total	96

Servidores por situação funcional

<i>Situação</i>	<i>Quantitativo</i>	
Aposentado	01	143
Ativo Permanente (quadros Efetivo e Específico)	106	
Ativo Permanente (Licenciado)	17	
Ativo Permanente (cedido)	02	
Contrato Temporário	11	
Exercício Descentralizado de Carreira	04	
Exercício Provisório	02	
Requisitado CDRJ	26	95
Requisitado CJU	01	
Requisitado CONAB	01	
Requisitado GEIPOT	61	
Requisitado MD	01	
Requisitado Metrô-DF	01	
Requisitado MP	01	
Requisitado MT	02	
Requisitado SNPH	01	
Sem vínculo	28	
Estagiário	17	
TOTAL	283	